

---

## **Ditadura em Mídias Digitais: novos espaços para as disputas pelas memórias da repressão<sup>1</sup>**

Leylianne Alves VIEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

### **Resumo**

Apesar dos anos que separam a apresentação deste trabalho e o fim da ditadura militar, ainda é possível ver centenas, às vezes milhares, de pessoas pedindo a volta dos militares ao poder e a decretação de um novo Ato Institucional Nº 5. Não é por acaso. Discutimos pouco e tardiamente as memórias da ditadura em nosso país. Alguns dos espaços de tortura só agora estão sendo estudados por pesquisadores. Neste texto, analisamos como as redes sociais estão sendo utilizadas para o compartilhamento e a disputa de memórias sobre a repressão. Utilizando a Análise Crítica da Narrativa, miramos conteúdos publicados no *Instagram* e no *Facebook* e disponíveis no *Spotify*. Neles, identificamos novos personagens, novos acontecimentos, diferentes formas de narrar e comentários que seguem questionando a veracidade dos testemunhos das vítimas e normalizando a tortura.

### **Palavras-chave**

Mídias digitais; ditadura militar; memória; narrativas.

### **Breve história das memórias da ditadura no Brasil**

A historiadora Elizabeth Jelin (2017) afirma que, diferentemente dos demais países da América do Sul que passaram por regimes ditatoriais no século XX, o Brasil não deu lugar às discussões sobre aquele período. Não houve, por exemplo, um debate público sobre o uso dos lugares da repressão como lugares de memória. Ainda segundo Jelin (2017), foram os movimentos sociais que elaboraram os primeiros documentos sobre a repressão. Como não houve uma movimentação por parte do poder público, logradouros e outros espaços continuaram a homenagear ditadores e torturadores. Nomes como Costa e Silva e Castelo Branco, para citar apenas alguns dos principais, são fartamente encontrados em todo o país.

Um dos indícios que temos sobre o silenciamento em torno da ditadura militar brasileira é a tardia formação de uma comissão da verdade para investigar e registrar mortes, desaparecimentos, torturas, perseguições e outras violações de direitos humanos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa - Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutora e mestra em Comunicação. Jornalista. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail: [leylianne.vieira@ufmt.br](mailto:leylianne.vieira@ufmt.br).

---

Enquanto o general José Baptista Figueiredo, último militar à frente do país, deixou o poder em 1985, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) só foi instalada em 2011, durante o mandato de Dilma Rousseff: primeira mulher eleita presidenta da República e uma das vítimas da ditadura militar, perseguida e torturada enquanto militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Como um dos exemplos de como o Brasil naturalizou a tortura, temos o discurso do voto do então deputado federal Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment de Rousseff: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, [...] o meu voto é sim”<sup>3</sup>. Ustra foi comandante do DOI-CODI do II Exército (São Paulo), condenado em 2008 por torturas durante a ditadura militar e morto em 2015.

Em 2014, após a publicação do relatório da CNV, observamos o aumento das discussões em torno do assunto ‘ditadura militar’, inclusive com a utilização de recursos tecnológicos para a difusão de informações, tais como jogos, aplicativos, mapas (interativos ou não) e páginas diversas dedicadas ao registro de testemunhos e acontecimentos.

Por outro lado, o gráfico gerado pela ferramenta Google Trends para o período de 01 de janeiro de 2010 a 15 julho de 2023 (Figura 1) aponta quatro picos principais: 1) novembro de 2011, 2) outubro de 2014, 3) outubro de 2018 e 4) outubro de 2023. Os três últimos pontos coincidem com períodos de disputa presidencial. O primeiro faz referência ao mês de lançamento da CNV.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb). Acesso em: 17 jul. 2023.

Figura 1 - Interesse ao longo do tempo (01 jan. 2010 a 15 jul. 2023)



Fonte: Google Trends.

Deste modo, evidencia-se a relação de interesse entre informações sobre o período ditatorial e um dos principais eventos de um governo democrático, a eleição de seus representantes em âmbito federal. Por um lado, considerando a origem política de alguns dos principais nomes do cenário atual, tais como Luís Inácio Lula da Silva e a própria Dilma Rousseff, na resistência à ditadura, repetidos são os exemplos de notícias falsas e desinformações que atribuem diferentes crimes aos personagens. Por outro lado, a atual direita conservadora, de nomes como Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas, demarca o ‘governo militar’ como um exemplo de salvação do país em relação ao comunismo, hoje relacionado ao Partido dos Trabalhadores e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste artigo, mapeamos o uso realizado por diferentes produtores de conteúdo de páginas em redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) e agregadores de podcast (*Spotify*), para difusão de conteúdos sobre a ditadura. Uma das características das mídias digitais é justamente a possibilidade de que uma quantidade maior de interlocutores possa produzir conteúdo e dialoga-los (MARTINO, 2014).

Sendo assim, buscamos identificar periodicidade, recursos narrativos acionados e personagens e acontecimentos discutidos nas principais postagens identificadas nessas mídias, elementos que, segundo a Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013), contribuem para o entendimento dos significados que são construídos em torno das

---

narrativas midiáticas. Com isso, pretendemos descrever conteúdos com os quais os usuários podem interagir e quais personagens sociais estão disputando estas memórias.

### **As mídias digitais como espaços de (re)construção das memórias da ditadura**

A mídia tradicional sempre foi um espaço de difícil acesso para as minorias, quaisquer que sejam elas. No que se refere à ditadura militar, como não houve interesse em discutir suas memórias no país, também é de se perceber que não houve oportunidade de acionar valores notícia para pautar os testemunhos e as memórias da ditadura. A não ser em efemérides, como o próprio golpe militar, o assassinato do estudante Edson Luís, ou a edição do Ato Institucional Nº 5, foram raras as oportunidades de chamar à pauta personagens ou familiares que viveram, direta ou indiretamente, a repressão.

No entanto, o desenvolvimento das mídias digitais e o crescimento do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) permitiram que uma maior quantidade de usuários pudesse se colocar à frente de processos de disputas pelas memórias da ditadura, tornando-se produtores de conteúdo ou participando de discussões online. Mesmo sabendo que, segundo o último levantamento realizado pela TIC Domicílios<sup>4</sup>, 13,6% da população brasileira nunca acessou a internet, ainda assim entendemos que estes conteúdos não repercutem unicamente no plano virtual, podendo chegar, direta ou indiretamente, a um número de pessoas que não seja usuária de redes móveis.

Ao tratar das teorias das mídias digitais, Martino (2014) aponta a digitalização, a passagem do armazenamento analógico ao digital, como uma condição básica de existência do ciberespaço. Por ser uma condição de existência, a digitalização é também um incentivo à utilização das ferramentas disponíveis por pessoas comuns. Além disso, também configura uma memória compartilhada entre os indivíduos.

### ***Instagram: memórias em imagens***

A busca na rede social *Instagram* pelo termo “ditadura militar”, identifica 15 páginas, sendo 13 delas de acesso aberto e duas restritas. Entre aquelas que podemos visualizar o

---

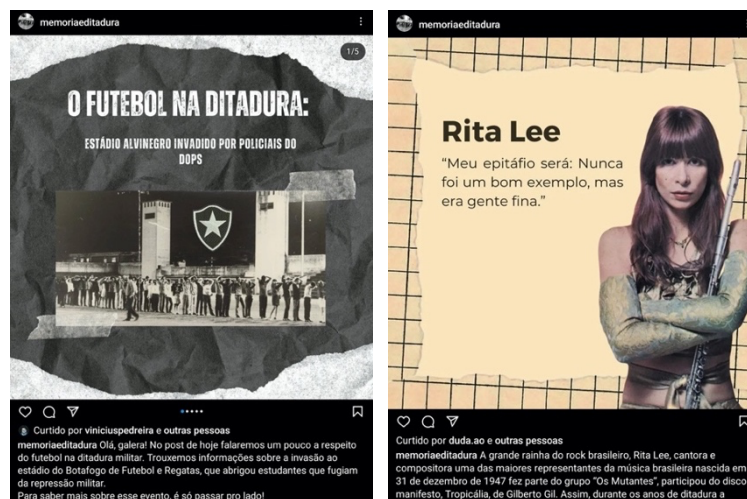
<sup>4</sup> Disponível em: [https://data.cetic.br/cetic/explore/?pesquisa\\_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios](https://data.cetic.br/cetic/explore/?pesquisa_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios). Acesso em: 16 ago. 2023.

conteúdo, a que conta com maior número de seguidores é a @memoriaeditaduramilitar<sup>5</sup>, cuja descrição informa: “MEMÓRIA E DITADURA MILITAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF - Projeto de extensão da Universidade de Brasília”. O projeto leva a discussão sobre a ditadura militar às escolas do Distrito Federal.

A página possui 1.168 seguidores e realizou 181 publicações, sendo a mais recente realizada em 12 de julho de 2023. Ela está online desde 20 de fevereiro de 2020, quando publicou um post intitulado “Mas o que é esse projeto?”<sup>6</sup>, no qual explica que ele existe desde 2017 e pretende se engajar contra o negacionismo e explicar perguntas do presente, cujas respostas estão no passado.

Os posts da página do projeto da UnB se alternam entre registros dos trabalhos realizados com escolas e estudantes e posts informativos, muitos deles com conteúdos que se relacionam com acontecimentos da atualidade. Abaixo (Figura 2), podemos ver dois exemplos de postagens que tomam como gancho eventos ocorridos em 2023.

Figura 2 - O futebol na ditadura (10 jun.) e Rita Lee (25 jun.)



Fonte: [www.instagram.com/memoriaeditadura/](http://www.instagram.com/memoriaeditadura/)

Sem por um lado, o time Botafogo ocupa a primeira colocação do Campeonato Brasileiro de Futebol, seu estádio, em 1968, foi utilizado para a prisão e tortura de cerca de 400 estudantes que realizavam manifestações na Universidade Federal do Rio de Janeiro; naquele ano, após as cenas que chocaram ao serem registradas em fotografias, o Botafogo

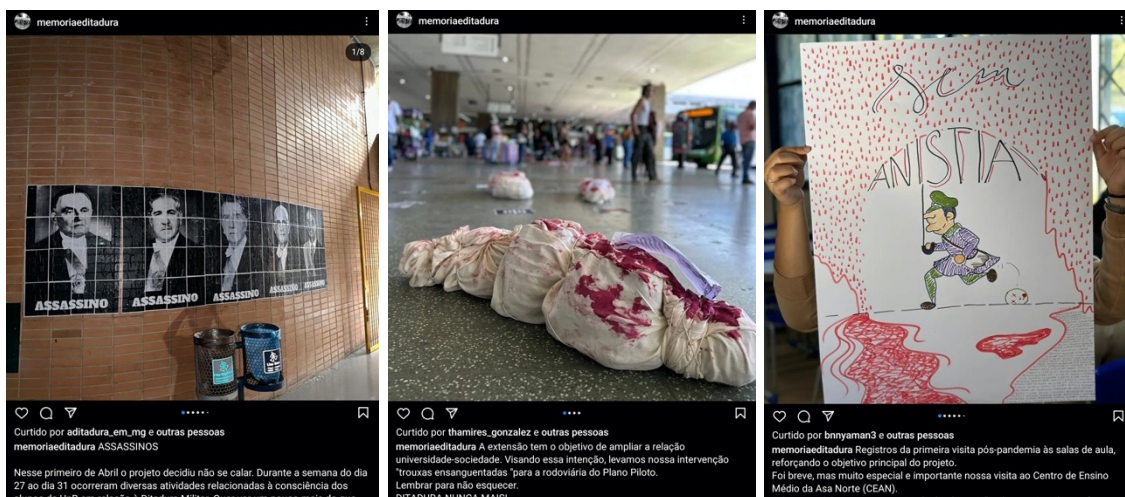
<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/memoriaeditadura/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8yw-6gF9yI/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

conquistaria o Campeonato Brasileiro (VENTURA, 2018). Por outro lado, a morte da ‘rainha do rock’, Rita Lee Jones, também trouxe de volta os primeiros passos da cantora na música, nos Festivais da Canção e na oposição à ditadura militar. Ou seja, a página se utiliza de acontecimentos do presente para falar sobre o passado, deixando à vista a metanarrativa (MOTTA, 2013) que envolve as postagens.

No que tange às intervenções e outras formas de ocupar os espaços públicos, observamos na Figura 3 alguns exemplos publicados entre março e julho. Na primeira imagem, uma das intervenções que o grupo realizou na Universidade de Brasília durante a semana em que o golpe completava 59 anos. Na fotografia, lambes afixados em uma das entradas da Faculdade de Direito (FD) com as imagens dos militares que estiveram à frente da ditadura e os descrevendo como ‘assassinos’. Há, portanto, no plano da expressão, nos termos utilizados, uma marcação que dá valor ao personagem, no plano da estória (MOTTA, 2013). Outras imagens da mesma semana ainda registram lambes com informações como “O GOLPE FOI DIA 1º DE ABRIL” e “TEMOS ÓDIO À DITADURA. ÓDIO E NOJO”<sup>7</sup>.

Figura 3 – UnB (31 mar.), Rodoviária do Plano Piloto (1 abr.) e CEAN (3 jul.)



Fonte: [www.instagram.com/memoriaeditadura/](https://www.instagram.com/memoriaeditadura/)

O segundo post destacado é o registro da intervenção “trouxas ensanguentadas”, realizada na Rodoviária do Plano Piloto, local por onde circulam milhares de pessoas por dia em Brasília. Na legenda, o perfil descreve esta como uma das marcas da extensão

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CqdjBLWuUS6/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CqdjBLWuUS6/?img_index=1). Acesso em: 14 ago. 2023.



---

universitária: ampliar a relação entre universidade e sociedade. As trouxas, como se pode perceber, fazem referência aos mortos e desaparecidos da ditadura. Entre os comentários, marca de interatividade entre os usuários e os conteúdos, a maior parte parabeniza a intervenção. Apenas um questiona o ‘interesse’ da obra e diz que os autores “Não respeitam as pessoas sensíveis, depressivas sugestionáveis”<sup>8</sup>.

Por último, fotografias, devidamente anonimizadas, da primeira visita realizada pelo grupo após a pandemia de COVID-19, ocorrida no Centro de Ensino Médio da Asa Norte (CEAN). Nela, os alunos foram instigados a registrarem, por meio da elaboração de cartazes, a relação entre a ditadura civil-militar e a anistia. Todos os comentários são positivos, enaltecendo a importância do evento e da discussão.

Ainda no âmbito da rede social de compartilhamento de imagens, a *hashtag* #ditaduramilitar<sup>9</sup> está presente em 32,5 mil publicações. Dentre as postagens mais recentes e com maior engajamento, destaca-se a presença de notícias relacionadas a mulheres (Figura 3): o depoimento de Sueli da Luz para uma reportagem da Ponte Jornalismo<sup>10</sup>, o depoimento de Célia Rocha Paes sobre a tortura no DOI-Codi da Vila Mariana, em São Paulo, para o Universa UOL<sup>11</sup> e a história de Sonia Lúcia Castanheira, secretária bilíngue demitida da empresa Itaipu Binacional por questões políticas em 1977 e reintegrada em 2023<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CqgWMjFO--4/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CqgWMjFO--4/?img_index=1). Acesso em: 14 ago. 2023.

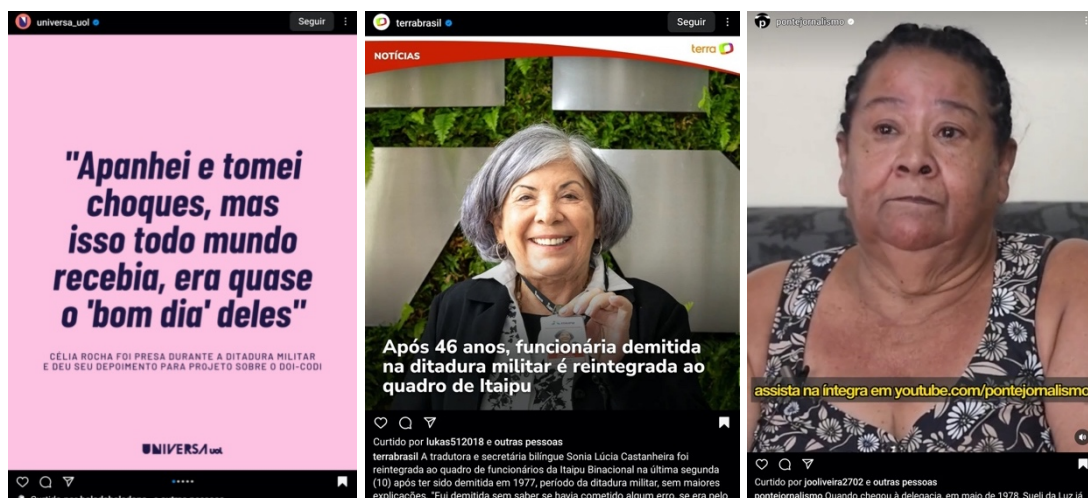
<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/explore/tags/ditaduramilitar/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CunRKYuJAFS/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CkoMEcuPT\\_c/?img\\_index=2](https://www.instagram.com/p/CkoMEcuPT_c/?img_index=2). Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CujyrMoum2R/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Figura 4 - Célia Paes (06 nov. 22), Sonia Castanheira (11 jul.) e Sueli da Luz (12 jul.)



Fonte: [www.instagram.com](http://www.instagram.com)

Sueli da Luz era casada com Robson Silveira da Luz quando ele foi preso, torturado e morto em maio de 1978. No vídeo curto que circula no *Instagram*, vemos apenas um trecho da entrevista completa que está disponível no YouTube. Nele, a mulher relata o que aconteceu ao chegar à delegacia em busca do marido. Aqui, somos apresentados a dois personagens (MOTTA, 2013) que não fazem parte das principais memórias registradas sobre a ditadura militar. Em um veículo alternativo, eles ganham voz e visibilidade.

Do relato, destacamos dois pontos: 1) os policiais afirmaram para a mulher que Robson havia sido atropelado, o que ela prontamente refuta, afirmando ter provas do contrário e 2) a seguinte afirmação, feita pela personagem: “Aí eu já não dava vida pra mim, também. Pelo tempo que nós tava, eles matavam as pessoas que enfrentavam eles”. O tempo, no caso, é a ditadura militar. Passados 14 anos do golpe, era de conhecimento que os militares executavam quem pensasse diferente ou questionasse o governo. De acordo com a legenda, “A morte do comerciante, após ser sequestrado e torturado por policiais, impulsionou a criação do Movimento Negro Unificado no Brasil”, que enfrentou a ditadura militar. E assim acessamos mais um personagem no plano da história (MOTTA, 2013), este ligado especificamente ao movimento negro de resistência às mortes arbitrárias.



---

Célia Rocha Paes, arquiteta, foi presa pela Operação Bandeirantes (Oban) aos 23 anos, em 1970. A postagem no *Instagram* consiste em uma sequência de quatro cards: três exclusivamente de texto e um que apresenta a personagem e sobrepõe à fotografia a sua apresentação (nome, profissão, contexto da prisão etc.). O gancho para a elaboração da reportagem, disponível no site UOL<sup>13</sup>, é uma pesquisa arqueológica, histórica e forense em desenvolvimento no prédio onde funcionou o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo.

Célia e outras mulheres presas no local deram depoimento para a equipe de pesquisa. O título da reportagem e primeiro card do carrossel, uma citação extraída do depoimento de Paes, dá a medida da banalização da violência nos chamados porões da ditadura: “Apanhei e tomei choques, mas isso todo mundo recebia, era quase o ‘bom dia’ deles”.

Nos comentários, observa-se que a maior parte dos usuários parabeniza a pesquisa e reforça a necessidade de lembrar e falar sobre o que aconteceu. Ainda assim, em menor número, há perfis que questionam o motivo para a prisão, dizem que nunca aconteceu nada do tipo com a própria família e chama de ‘mimimi’ o que está sendo relatado. Em outras palavras, normalizam a tortura e questionam a veracidade do testemunho de uma vítima.

Sonia Lúcia Castanheira, tradutora e secretária bilingue, por sua vez, tem a ela dedicado um post com imagem única, contendo uma fotografia segurando seu crachá e sobreposta pelo seguinte texto: “Após 46 anos, funcionária demitida na ditadura militar é reintegrada ao quadro de Itaipu”. A funcionária foi demitida em 1977, mas apenas em 2009 descobriu que por ‘questões políticas’.

Neste caso, no entanto, temos uma narrativa que se diferencia das demais: Castanheira afirma que não participou de movimentos de contestação e que tudo foi baseado em uma denúncia falsa. Ela e o marido, Dario Anibal Galindo, também demitido sem justificativa em 1976, moraram no Conjunto Residencial da USP em 1965, o que pode ter sido a razão para a denúncia. Esta personagem ganhou repercussão na mídia em função das décadas

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/11/02/projeto-retoma-memorias-da-ditadura-pelo-olhar-feminino.htm>. Acesso em: 15 ago. 2023.

---

que distanciam a demissão e a resposta da justiça. É sabido que muitos foram os profissionais demitidos por estarem presentes em listas do governo.

A interação dos usuários da rede social com a postagem também se diferencia das demais em relação aos comentários. Há quem questione se houve uma ditadura, a mulher é definida como ‘cumpanhera’, ‘petista; e ‘santa’, entre outros termos. Também há comentários que indicam que ela só conseguiu o retorno em função de à frente do governo federal estar o ‘papai lula’. Mais uma vez, vemos a interação entre a metanarrativa da postagem e o conteúdo, agora por meio dos comentários. Os comentários descartam o que é dito pela personagem e a agridem com base no quadro político atual. Percebe-se, também, o questionamento à justiça, uma vez que o responsável pela retomada do cargo seria o governo federal, e não o processo aberto anos antes.

### **Facebook: links, convites e discussão**

Já no *Facebook*, utilizando igualmente o termo “ditadura militar” para pesquisa, a principal página encontrada possui 7,9 mil seguidores, tendo como nome ‘História da Ditadura Militar Brasileira’<sup>14</sup>. Contudo, sua última postagem é de fevereiro de 2018 e tem 88 reações. A página foi aberta em 2015 por professores de história e é apresentada como um espaço aberto para discussões sobre as memórias da ditadura militar. A última postagem realizada foi o compartilhamento de parte da nota de repúdio lançada pelo Instituto Vladimir Herzog em 1 de fevereiro de 2018, quando foi tornada pública a existência do bloco de carnaval Porão do DOPS, no Rio de Janeiro<sup>15</sup>.

A página conta com 43 imagens em sua galeria. Entre as postagens estão indicações de filmes e livros, convites para eventos e descrição de acontecimentos e personagens. As postagens mais antigas da página registram comentários que concordam com o que é ali exposto e contribuem com a divulgação. No entanto, as últimas postagens realizadas contam com dezenas de comentários que exaltam o governo ditatorial e o coronel Brillhante Ustra, além de atacarem os atuais partidos e políticos de esquerda e os mortos e torturados pela ditadura. Mais uma vez, identificamos que o espaço de interação e

---

<sup>14</sup> Disponível em? <https://www.facebook.com/historiadaditadura>. Acesso em? 15 jul. 2023.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/historiadaditadura/posts/pfbid037jW1bU7PiE4EcTSiv4VrvR71vZeCs934me3PSPVzTj1CXjgSec2Sa3syn3rJn3itl>. Acesso em: 15 jul. 2023.

---

discussão dos comentários é utilizado para questionar a veracidade das histórias narradas e mesmo para naturalizar crimes contra os direitos humanos.

### ***Spotify: memórias em sons***

Outra ferramenta que destacamos para a publicação e armazenamento de memórias e testemunhos sobre a repressão é a produção de podcasts. Aqui, tratamos de duas opções: 1) programas ou temporadas inteiras sobre a temática ou 2) episódios de programas de conteúdos variados.

Utilizando o agregador *Spotify* para pesquisar pelo termo “ditadura militar”, foram encontrados 197 podcasts e programas e 180 episódios, sendo que os resultados tratam desde a ditadura militar brasileira até outros governos autoritários do mundo, especialmente da América Latina.

Entre os programas mais bem ranqueados, encontramos ‘Os Crimes da Ditadura | Podcast’ (1º) (Hey You! Produções, 2020-atual)<sup>16</sup>, ‘Leila’ (4º) (Globoplay, 2022)<sup>17</sup> e ‘Cálice’ (10º) (Atabaque Produções, 2022)<sup>18</sup>. Como se pode perceber pelos exemplos, encontramos produções independentes e realizadas por veículos tradicionais de mídia. Entre as abordagens utilizadas, enfatizamos os casos em que personagens são tema de todo o programa ou da temporada. Neles, podemos identificar perfeitamente os planos de análise descritos por Motta (2013), uma vez que temos a construção de uma narrativa única, seriada e cronológica.

‘Os Crimes da Ditadura | Podcast’ lança episódios quinzenalmente e já conta com mais de 50 números. Na descrição, dizem que apresentam “Relatos dos crimes cometidos pelo estado brasileiro em nome do regime militar, que existiu oficialmente no Brasil no período de 1964 a 1985”<sup>19</sup>. O podcast é montado a partir de informações contidas nos relatórios da CNV, no Arquivo Nacional e em acervos de imprensa da época, entre outros documentos, e é apresentado por quatro pessoas que estão em diferentes pontos do Brasil: São Luís (MA), Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0nNMHxhaoDsMdrpqDS2Jf>. Acesso em 15 jul. 2023.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3UjOh69nkSfORbjC087ILa>. Acesso em 15 jul. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5rnzoHNWT0a1fdWIw6vCDY>. Acesso em 15 jul. 2023.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0nNMHxhaoDsMdrpqDS2Jf>. Acesso em 16 ago. 2023.

---

Os episódios apresentam detalhes sobre as prisões, torturas e mortes de diferentes personagens, entre eles militantes, políticos e militares. Os apresentadores questionam o papel da mídia em admitir tardiamente os erros cometidos durante a ditadura e também apresentam contestações às mortes encenadas como suicídios ou acidentes.

Já o podcast ‘Leila’ conta, em oito episódios, a história da atriz Leila Cravo, que caiu da varanda do luxuoso motel VIPS em 1975. O que primeiro foi noticiado como uma tentativa de suicídio, segue sem uma explicação oficial. Uma das possibilidades diz que Leila havia sido estuprada por dois ou três homens, sendo um deles ministro do governo Geisel, e depois haveria sido forjada uma tentativa de suicídio.

Leila também foi apresentadora do ‘Fantástico’, fato destacado logo no início do primeiro episódio do podcast. Na narrativa, a neta de Leila, de 18 anos, fala sobre a convivência com a avó, morta em 2020 em razão de uma infecção generalizada. A narração é de Leandra Leal. A produção conta com entrevistas, narrações de depoimentos dados na época dos acontecimentos e trechos de produções audiovisuais da década de 1970.

Neste caso, temos no plano da expressão, termos como ministro e estupro, que dão força e peso à narrativa. No plano da história, estamos diante de uma personagem cuja história teve repercussão na década de 1970, mas foi gradualmente esquecida pela mídia e ficando isolada com suas próprias memórias e sofrimentos. Já no plano da metanarrativa, além do falecimento da personagem, também observamos a tentativa dos familiares de entenderem o que aconteceu com Leila, fatos que ficaram esquecidos até mesmo dentro da memória familiar. Os tabus da época ainda são os tabus da atualidade.

Em ‘Cálice’, por sua vez, conhecemos a história de José Jobim, diplomata assassinado para impedir que um grande escândalo de corrupção fosse divulgado. Ao longo de cinco episódios, o narrador apresenta também a história de outros personagens perseguidos, mortos ou torturados. Há, inclusive, a utilização de exemplos do cinema, como ‘Pra frente Brasil’, filme de 1982, com direção de Roberto Farias. Na película, o personagem principal, Jofre Godói, é torturado e morto ao mesmo tempo em que ocorria um jogo da seleção brasileira. A história é comparada à de José Jobim, uma vez que a memória de ambos é mantida pelas famílias, que se posicionam contra o esquecimento.

---

No episódio ‘A Democracia da Tortura’, Maria Auxiliadora Lara Barcelos (mais conhecida como Dora), presa e torturada durante a ditadura militar, tem sua voz e seu relato resgatados em gravações originais. Ela narra as sessões de tortura que viu e sofreu, momentos provavelmente semelhantes aos vividos por Jobim. Manoel Dias do Nascimento, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, também descreve as cenas de tortura que vivenciou em espaços públicos e fechados.

O plano da estória desta narrativa apresenta personagens, uns mais conhecidos, outros menos, mas se destaca principalmente por inserir depoimentos originais. Não é uma voz que narra o que foi dito. São os próprios torturados que falam. Com isso podemos perceber, no plano da expressão, as mudanças de tom, a emoção na voz. No momento em que muitos contestam os relatos da ditadura dizendo que eram apenas ‘esquerdistas’ e guerrilheiros que eram mortos, a metanarrativa apresenta um embaixador torturado e morto. A tortura poderia não fazer distinção entre os corpos e as posições sociais.

### **Considerações finais**

As mídias digitais permitem que grupos independentes produzam conteúdos sobre seus interesses. Quer jornalistas, quer historiadores, passam a ocupar as redes sociais com conteúdos que questionam o movimento de exaltação da ditadura, percebido no espaço público especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro como candidato à presidência da República em 2018.

Apesar da baixa produção e engajamento de alguns dos programas e páginas criadas, os dados identificados corroboram a tese de utilização das mídias digitais como grande memória social: relatos, testemunhos e reconstituições de casos de personagens esquecidos ou silenciados ficam disponíveis nas redes, estando acessíveis a quem tiver interesse no assunto. Por outro lado, os conteúdos também marcam as diferentes possibilidades de interação dos usuários com os conteúdos, já que vemos ali contestações, tentativas de revisionismo e de culpabilização das vítimas.

Também se percebe um interesse renovado por parte de jornalistas para a busca por conteúdos relacionados ao período militar, especialmente quando consideramos o movimento atual de retomada e releitura de casos de crimes icônicos da história do país

e do mundo. São realizados mergulhos em acervos e relatórios em busca de histórias que não foram contadas, ou foram contadas do modo como o governo pretendia que o fosse.

Apesar das contestações a documentos oficiais por parte dos usuários das mídias digitais, as produções demonstram que ainda há muito o que ser revelado sobre os crimes de violação de direitos humanos durante a ditadura militar. Não conhecemos boa parte dos personagens e dos acontecimentos. Desconhecemos o que acontecia com as pessoas comuns, uma vez que as mídias da época enfocavam as narrativas em personagens-chave, conhecidos do público, como é o caso de José Dirceu, Vladimir Palmeira, Frei Betto, Vladimir Herzog, entre outros.

Os livros e espaços de memórias, como concluímos em Vieira (2020), também lembram, prioritariamente, de figuras masculinas. Um dos pontos de destaque dessas novas produções é justamente apontar a existência de mulheres na resistência, como eram tratadas socialmente e em momentos de tortura, como buscavam por respostas e continuam buscando por justiça.

## Referências

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2018.

VIEIRA, L. A. **Batalhas pelas memórias de um ano**: cartografias das memórias jornalísticas dos cinquenta anos de 1968. Orientadora: Regina Helena Alves da Silva. 2020. 376 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.